

Sumário da Sessão nº 209.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/10/2025

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL (AM № 123/2020) DE 07/10/2025

BREVES COMUNICAÇÕES

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado lamentou o falecimento de Russell Nelson, Presidente mundial da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. Ressaltou que o líder religioso era um respeitado cirurgião cardíaco e que o sepultamento ocorreria às 15 horas, em Lago Salgado, nos Estados Unidos. Manifestou ainda condolências aos familiares e aos mais de 17 milhões de fiéis da Igreja, lembrando que, no ano anterior, a Câmara dos Deputados havia realizado sessão solene em homenagem à instituição. Ao final, solicitou um minuto de silêncio em memória de Russell Nelson.

Lucas Redecker (PSDB - RS) - O Deputado celebrou a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), do Projeto de Lei nº 3.640, de 2023, que restringe as decisões monocráticas de Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), classificando a medida como um avanço para o País. Explicou que decisões individuais só poderão ocorrer em casos de urgência ou durante o recesso, devendo ser posteriormente submetidas ao Plenário. Defendeu ainda que o próximo passo seja instituir mandato para Ministros do STF, a fim de garantir renovação e equilíbrio entre os Poderes. Ao final, reforçou a importância da independência entre os Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo.

Ricardo Maia (MDB - BA) - O Deputado saudou a presença, na Câmara dos Deputados, do Prefeito Binho de Alfredo, do Município de Fátima (BA), destacando sua atuação como gestor reeleito e professor efetivo da rede municipal. Relatou ainda sua visita recente à cidade, acompanhada do Governador da Bahia, quando foram assinadas ordens de serviço para o início de obras e autorizados novos investimentos para o Município. Ao final, destacou sua participação em procissão em homenagem ao padroeiro local e elogiou o Prefeito por seu compromisso com o desenvolvimento municipal.

Luiz Couto (PT - PB) - O Deputado manifestou preocupação com o aumento dos casos de intoxicação por metanol decorrentes do consumo de bebidas alcoólicas adulteradas, defendendo a responsabilização penal dos envolvidos. Ademais, informou que o Presidente Lula e o Ministro da Saúde já adotaram providências sobre o tema e ressaltou a importância de garantir o pleno exercício do direito à saúde. Além disso, destacou reportagem da revista *Piauí*, que trata da participação do ex-Presidente Bolsonaro em articulação para subverter o resultado das eleições de 2022. Ao final, afirmou que o povo rejeita a anistia aos golpistas.



Sumário da Sessão nº 209.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/10/2025

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado recordou os dois anos do ataque do grupo Hamas a Israel, ocorrido em 7 de outubro de 2023, que resultou em 1.200 mortes. Enalteceu Israel como Estado livre e democrático, destacando sua diversidade e resiliência diante de hostilidades regionais. Condenou o terrorismo e apelou à comunidade internacional para que pressione o Hamas a depor as armas, a fim de restabelecer a paz. Ademais, alertou para a crise de segurança pública no Rio de Janeiro, afirmando que o Estado vive situação de guerra e que o Governo Federal tem sido omisso. Ao final, conclamou os eleitores a promover renovação política nas próximas eleições.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado manifestou indignação com a proposta de reajuste diferenciado para as Forças de Segurança Pública do Distrito Federal. Criticou o Ministério da Gestão e da Inovação por estabelecer índices distintos para a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros, afirmando que a medida cria divisões e desarmonia entre as corporações. Destacou que o Governador Ibaneis Rocha havia concedido reajuste igualitário e defendeu que o percentual seja o mesmo para todas as categorias. Ao final, anunciou que buscará apoio parlamentar para assegurar a equiparação dos reajustes quando o projeto de lei chegar à Câmara dos Deputados.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 14, de 2021, que estabelece novas regras para contratação, aposentadoria e valorização dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias. Ressaltou que a PEC assegura estabilidade, proíbe contratações precárias e garante ingresso por concurso público, além de prever aposentadoria especial compatível com as condições de trabalho. Ademais, elogiou o Relator, Deputado Antonio Brito, pelo equilíbrio e sensibilidade na condução da proposta. Ao final, saudou a presença em Brasília (DF) de agentes de todo o País, em especial da Bahia.

Daniel Trzeciak (PSDB - RS) - O Deputado parabenizou a Universidade Católica de Pelotas pelos 65 anos de fundação, destacando sua relevância como a mais antiga instituição de ensino superior do interior do Rio Grande do Sul. Ressaltou a excelência acadêmica da universidade, que obteve nota máxima do Ministério da Educação (MEC). Destacou ainda que a Universidade forma médicos há 62 anos, enaltecendo sua contribuição para o Sistema Único de Saúde (SUS) de Pelotas e da região sul do Estado. Ao final, elogiou o Reitor José Bachettini Júnior e celebrou o lançamento dos novos cursos de Fonoaudiologia, Nutrição e Inteligência Artificial.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado celebrou o crescimento do turismo no Brasil, destacando que o País superou pela primeira vez a marca de 7 milhões de turistas e que o transporte aéreo voltou a ultrapassar o



Sumário da Sessão nº 209.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/10/2025

rodoviário. Atribuiu esses resultados à valorização do salário mínimo e ao aumento do poder de compra das famílias promovidos pelo Governo Lula. Ademais, elogiou a aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que isenta do Imposto de Renda quem ganha até cinco mil reais e tributa os super-ricos. Destacou ainda que cerca de 200 mil capixabas serão beneficiados pela isenção tributária. Ao final, defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 8, de 2025, que propõe o fim da escala 6 por 1.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado destacou a atualização, pelo Governo Lula, da lista suja do trabalho escravo, que incluiu 159 novos empregadores, responsáveis por 1.530 trabalhadores em condições análogas à escravidão. Ademais, ressaltou que a lista atualmente reúne 691 nomes e lamentou que ainda existam, em 2025, práticas de exploração violenta e abusiva. Apontou ainda que o objetivo do Governo Federal é gerar empregos com dignidade e qualificações adequadas. Ao final, afirmou que o Governo Lula continuará fortalecendo a fiscalização e as estruturas ministeriais para erradicar o trabalho escravo no País.

Patrus Ananias (PT - MG) - O Deputado celebrou a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 235, de 2019, que institui o Sistema Nacional de Educação (SNE), defendendo sua rápida apreciação pelo Senado. Enfatizou que o PLP busca integrar os entes federativos e a sociedade civil, preservando o papel das escolas privadas, mas reafirmando o compromisso do Parlamento com a educação pública de qualidade. Ademais, ressaltou que a educação é essencial para construir um País livre, justo e soberano e para garantir igualdade de oportunidades a crianças e jovens de todas as classes sociais. Ao final, afirmou que somente pela educação será possível reduzir a violência, a criminalidade e promover inclusão social.

Daniel Trzeciak (PSDB - RS) - O Deputado denunciou que os pedágios na região sul do Rio Grande do Sul estão entre os mais caros do País, com tarifas próximas a vinte reais em cinco praças. Atribuiu o problema a um contrato malfeito em 1998 e responsabilizou o Governo Federal e o Partido dos Trabalhadores (PT) pela ausência de nova licitação. Ademais, alertou que o fim do contrato poderá causar demissões, falta de atendimento nas rodovias e redução da arrecadação municipal. Ao final, defendeu a realização urgente de nova licitação e a elaboração de contrato mais justo para estimular o desenvolvimento econômico da região sul do Estado.

Ronaldo Nogueira (REPUBLICANOS - RS) - O Deputado defendeu a aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 42, de 2023, que concede aposentadoria especial aos vigilantes, categoria com cerca de 570 mil trabalhadores no País. Destacou o papel essencial dos vigilantes para segurança pública e a sua atuação parlamentar para a aprovação da Lei nº 12.740, de 2012, que garantiu adicional de periculosidade à



Sumário da Sessão nº 209.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/10/2025

categoria. Ademais, criticou a reforma previdenciária de 2019 por retirar direitos dos vigilantes e afirmou que é dever do Parlamento restaurar garantias injustamente suprimidas.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado relatou sua participação na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), afirmando que as investigações revelaram desvio de mais de seis bilhões de reais pelos sindicatos. Ademais, criticou o envolvimento de integrantes dos Três Poderes e condenou a influência do Governo do Partido dos Trabalhadores (PT) sobre a Controladoria-Geral da União, sobre o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Além disso, destacou que os descontos indevidos teriam surgido a partir de decisões adotadas pelo então Deputado Federal Geraldo Alckmin em benefício da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Ao final, condenou o comportamento imoral de pessoas que enriqueceram ao prejudicar aposentados.

Sanderson (PL - RS) - O Deputado alertou para a grave crise enfrentada pelos produtores rurais, destacando o aumento do endividamento no campo e o número crescente de suicídios entre agricultores gaúchos. Ademais, criticou a falta de sensibilidade do Governo Federal e do Partido dos Trabalhadores (PT) diante das sucessivas quebras de safra provocadas por estiagens e enchentes. Além disso, lembrou que a Câmara dos Deputados já aprovou o Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que trata de securitização e renegociação de dívidas rurais, no valor de cerca de 35 bilhões de reais, e condenou o Governo Lula por paralisar sua tramitação no Senado. Ao final, apelou pela aprovação imediata da proposta para evitar novas tragédias e garantir a sobrevivência do agronegócio nacional.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada saudou a presença, na Câmara dos Deputados, da Masé, Coordenadora da Marcha das Margaridas e Secretária-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), ressaltando a relevância do movimento para a defesa dos direitos das trabalhadoras rurais. Ademais, enalteceu o papel da Contag na promoção da justiça social, da inclusão e da dignidade por meio do sindicalismo e das políticas públicas voltadas ao campo. Além disso, destacou a presença do Deputado Federal Airton Faleiro, ex-dirigente da entidade. Ao final, repudiou as tentativas de criminalização da Contag nas discussões sobre a aposentadoria rural.

Delegado Marcelo Freitas (UNIÃO - MG) - O Deputado defendeu a legitimidade das emendas parlamentares como instrumento de execução de políticas públicas e rejeitou as tentativas de criminalização de seu uso. Afirmou que os recursos destinados de forma correta contribuem para melhorias efetivas na saúde, educação, segurança e infraestrutura, e que apenas quem faz mau uso deve ser responsabilizado. Ressaltou o protagonismo do Parlamento na definição do orçamento público e informou ter destinado, em



Sumário da Sessão nº 209.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/10/2025

2025, mais de 150 milhões de reais em emendas para o Estado de Minas Gerais, em parceria com o Governador Romeu Zema e o Vice-Governador Mateus Simões. Ao final, reiterou sua defesa da boa política e da correta aplicação dos recursos públicos.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado criticou a declaração de um colega sobre a destinação de 150 milhões de reais em emendas parlamentares a Minas Gerais, afirmando que o valor excede os limites legais e evidencia irregularidades. Ademais, condenou a Oposição por defender privilégios e proteger aliados envolvidos em crimes, destacando a manifestação popular contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 3, de 2021, que dispõe sobre as prerrogativas parlamentares, e o Projeto de Lei nº 2.162, de 2023, que trata de anistia a golpistas. Além disso, celebrou o recuo da Oposição ao votar favoravelmente ao Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que dispõe sobre a isenção tributária para quem ganha até cinco mil reais e tributa os mais ricos. Ao final, elogiou o Governo Lula por retomar políticas públicas para os mais pobres e celebrou a reindustrialização do País com a inauguração da fábrica da BYD em Camaçari (BA) e a retomada da indústria naval.

Delegado Marcelo Freitas (UNIÃO - MG) - O Deputado contestou as críticas feitas por um Parlamentar do Partido dos Trabalhadores (PT) e afirmou que sua atuação política se baseia na busca legítima de recursos públicos para beneficiar a população. Esclareceu que os valores mencionados em Plenário foram obtidos junto ao Governo do Estado de Minas Gerais. Ademais, declarou ter reputação ilibada e condenou o Governo Federal por promover campanha de criminalização do Parlamento. Ao final, defendeu a correta aplicação dos recursos públicos.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado contestou as críticas de Parlamentares do Partido dos Trabalhadores (PT), afirmando que doze Deputados Federais da legenda votaram a favor da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 3, de 2021, que dispõe sobre as prerrogativas parlamentares, enquanto nenhum integrante do Partido Novo apoiou a medida. Ademais, afirmou que a Bahia é o Estado com o maior número de cidadãos que migram para outras unidades da Federação. Ao final, atribuiu essa migração à má gestão dos sucessivos Governos estaduais petistas.

Alencar Santana (PT - SP) - O Deputado condenou a fala do Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, que ironizou mortes por bebidas adulteradas, chamando-a de desumana e vergonhosa. Além disso, comparou Tarcísio a Bolsonaro, acusando ambos de negligenciar vidas e estimular violência policial. Em seguida, defendeu o Governo Lula por investir nos Estados e respondeu críticas da oposição, repreendendo o



Sumário da Sessão nº 209.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/10/2025

Deputado Luiz Lima por comentários preconceituosos contra nordestinos. Por fim, afirmou orgulho de suas raízes baianas e cearenses, exaltando a diversidade brasileira e o Governo Lula.

Airton Faleiro (PT - PA) - O Deputado defendeu a criação de novos Municípios no Pará, ressaltando que o Estado ainda carece de reorganização territorial e que a lei federal precisa ser atualizada para permitir novas emancipações de forma responsável. Em seguida, destacou a visita do Presidente Lula ao Pará, com início em Breves (PA), no Marajó, onde foram inauguradas diversas obras retomadas pelo atual Governo, especialmente em educação e saúde. Lembrou o pedido de criação da Universidade Federal do Marajó (UFM), proposta por ele, como símbolo de desenvolvimento regional. Relatou também a passagem de Lula por Belém (PA), sede da futura Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), destacando os investimentos federais em obras estruturantes que deixarão legado permanente, fortalecendo a economia e o turismo locais. Por fim, agradeceu ao Presidente Lula e ao Governador Helder Barbalho pelo trabalho conjunto e afirmou que o Pará não será mais o mesmo depois da COP 30.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado parabenizou o Prefeito Cláudio, o Governador Mauro Mendes, o Vice-Governador Otaviano Pivetta e o empresário Cidinho pela assinatura do convênio para obras na entrada de Rondonópolis (MT), na BR-364/163. Destacou que a iniciativa vai resolver o problema histórico de engarrafamentos e acidentes na rodovia, melhorando o trânsito e a segurança dos moradores. Por fim, elogiou a administração eficiente de Rondonópolis e afirmou que a população "vai respirar mais aliviada" com o início das obras.

Joseildo Ramos (PT - BA) - O Deputado destacou o crescimento econômico e social da Bahia, ressaltando o papel do Governo Lula e do Governador Jerônimo Rodrigues na promoção de investimentos públicos e no fortalecimento da economia estadual. Anunciou a inauguração da fábrica chinesa BYD em Camaçari (BA), que produzirá carros híbridos e elétricos, simbolizando uma nova fase industrial e sustentável para o Estado. Também mencionou a visita do Governador a Rio Real (BA), Município com a maior área de cultivo de citrus do Brasil, onde políticas de apoio à agricultura familiar e ao beneficiamento da produção têm transformado a realidade das famílias rurais. Por fim, celebrou o fato de a Bahia concentrar mais de um terço da economia do Nordeste, afirmando que o Estado vive um ciclo virtuoso de desenvolvimento, resultado de gestões comprometidas com o investimento produtivo e a justiça social.

Rafael Fera (PODE - RO) - O Deputado criticou o Deputado Estadual Alex Redano, Presidente da Assembleia de Rondônia, acusando-o de agir tardiamente após 12 anos de mandato. Destacou que, com menos de 30 dias como Deputado Federal, já garantiu R\$ 12 milhões em emendas para comprar um aparelho de



Sumário da Sessão nº 209.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/10/2025

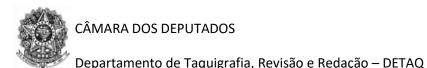
ressonância magnética para Ariquemes (RO) e o Vale do Jamari, enquanto Redano, segundo ele, só agora anunciou um convênio com empresa privada para exames. Afirmou que seu projeto será sem *lobby* nem interesses particulares, prometendo recursos públicos diretos e criticando o descaso que fez moradores sofrerem e até morrerem esperando exames. Concluiu reafirmando seu papel como "fiscal do povo" e seu compromisso com transparência e resultados reais para a população de Ariquemes.

Waldenor Pereira (PT - BA) - O Deputado celebrou a aprovação na Comissão Especial, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais, além de exigir contratação por concurso público. A proposta também inclui os Agentes Indígenas de Saúde e de Saneamento, ampliando o reconhecimento a essas categorias. Além disso, pediu votação urgente no plenário e destacou o papel essencial desses profissionais na saúde pública. Por fim, parabenizou Livramento de Nossa Senhora (BA) pelos 104 anos de emancipação política, homenageando as autoridades locais e a população.

Murillo Gouvea (UNIÃO - RJ) - O Deputado fez um apelo ao Ministro dos Transportes, Renan Filho, para que priorize a recuperação da BR-393, que liga Sapucaia (RJ), Três Rios (RJ) e Paraíba do Sul (RJ), no interior do Rio de Janeiro. Informou que a rodovia está em péssimo estado de conservação, colocando em risco motoristas e moradores da região. Ressaltou que o interior fluminense, com grande potencial turístico e agropecuário, precisa de estradas seguras e bem mantidas para garantir o escoamento da produção e o desenvolvimento local. Por fim, agradeceu o apoio do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Fabrício Galvão, e do Superintendente Regional Robson, mas reforçou o pedido por um "olhar carinhoso" do Governo Federal às pequenas cidades do interior.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado lamentou o falecimento de José de Paiva Netto, líder da entidade beneficente Legião da Boa Vontade (LBV), aos 84 anos. Destacou o trabalho social e educativo da instituição, que por décadas tem ajudado pessoas em todo o país, lembrando inclusive de sua experiência pessoal ao fazer curso de datilografia na LBV. Concluiu prestando homenagem à trajetória solidária de Paiva Netto, ressaltando seu legado de serviço ao próximo e à educação popular.

Bacelar (PV - BA) - O Deputado celebrou os resultados expressivos do turismo na Bahia, destacando que o Estado lidera o turismo nacional, segundo dados do Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Explicou que em 2024, a receita turística baiana cresceu 15,4%, superando a média nacional, com



Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/10/2025

avanços no turismo doméstico, internacional e no fluxo de visitantes. Atribuiu o sucesso à gestão do Governador Jerônimo Rodrigues, que tem investido em infraestrutura, promovido o destino Bahia em feiras nacionais e internacionais e ampliado conexões aéreas com a Europa e as Américas. Além disso, reconheceu o trabalho conjunto entre o Governo Estadual, o *trade* turístico e as Prefeituras, que transformaram a Bahia em um destino que valoriza cultura, gastronomia e alegria. Concluiu convidando brasileiros e estrangeiros: "Salve a Bahia! Viva o turismo brasileiro!".

Murillo Gouvea (UNIÃO - RJ) - O Deputado registrou a presença de Vereadores de Vassouras (RJ) e de Iguaba Grande (RJ) durante a sessão e parabenizou os Parlamentares municipais pela atuação em suas cidades. De Vassouras, destacou os Vereadores Gabriel Santos, Matheus do Geraldão, Silvinho e Diney Gomes, lembrando que está destinando recursos federais ao Município. De Iguaba Grande, citou os Vereadores Luciano da Silva, Alan Rodrigues, Suely do Galpão Dama de Ferro e Renatinho da Saúde, desejando-lhes boas-vindas à Câmara dos Deputados, "a Casa do Povo".

Giovani Cherini (PL - RS) - O Deputado criticou o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Governo Federal, afirmando que o Brasil vive uma "ditadura disfarçada" e que o tribunal extrapolou suas funções ao limitar ações do ex-Presidente Jair Bolsonaro. Mencionou que o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, supostamente reconheceu possíveis excessos do Supremo e a força política de Bolsonaro. Também acusou o Partido dos Trabalhadores (PT) de "comprar tudo, até o Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)", e afirmou que o partido substituiu a fome pela miséria, culpando o Governo pela crise social e pela violência do crime organizado.

Silvia Cristina (PP - RO) - A Deputada denunciou uma injustiça contra os professores do ex-Território de Rondônia, especialmente os que foram transpostos à União pela Emenda Constitucional nº 60/2009. Relatou que esses docentes continuam sendo tratados como servidores de "segunda classe", excluídos por décadas de direitos e planos de carreira concedidos ao magistério federal; e que o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos está exigindo que os professores que optaram por 40 horas de dedicação exclusiva trabalhem mais cinco anos antes da aposentadoria, com base em um acórdão do TCU nº 2.519/2014 — decisão que, segundo ela, não se aplica ao caso dos transpostos. Explicou que o acórdão visava impedir fraudes previdenciárias, mas que os professores de Rondônia já possuem mais de 40 anos de contribuição e apenas buscam isonomia com o magistério federal. Por fim, afirmou que vai oficializar pedidos ao Ministério da Gestão e ao Tribunal de Contas da União (TCU) para que o caso seja reavaliado e pediu justiça e reconhecimento a esses profissionais.



Sumário da Sessão nº 209.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/10/2025

João Daniel (PT - SE) - O Deputado relatou que, após reunião com o Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, foi informado sobre a libertação da Deputada Luizianne Lins e de outros integrantes da flotilha humanitária internacional, que haviam sido presos arbitrariamente em águas internacionais por forças de Israel enquanto levavam ajuda humanitária ao povo palestino. Além disso, celebrou que todos estão fora de perigo e reafirmou seu apoio à causa palestina, defendendo o direito do povo da Palestina a ter sua própria Nação e condenando o que chamou de genocídio financiado pelos Estados Unidos e pelo Governo de Benjamin Netanyahu. Por fim, parabenizou Luizianne Lins e os demais participantes brasileiros da missão humanitária, destacando que sua atuação simboliza a solidariedade internacional e a luta pela paz e pela justiça no Oriente Médio.

Heitor Schuch (PSB - RS) - O Deputado parabenizou a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG-RS) pelos 62 anos de atuação, destacando seu papel histórico na defesa dos agricultores e pecuaristas familiares. Em seguida, lembrou o aniversário da Constituição de 1988, ressaltando seus avanços em direitos previdenciários e sociais, especialmente para os trabalhadores rurais. Aproveitou para mencionar que, no Rio Grande do Sul, já existe o Dia do Aposentado e da Aposentada Rural, criado por projeto de sua autoria, e defendeu seu Projeto de Lei nº 2.150, de 2025, que institui o Dia Nacional do Aposentado e da Aposentada Rural. Por fim, cobrou a votação do Projeto de Lei Complementar nº 67, de 2025, que altera o art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 2006, para elevar para R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) o limite de receita bruta anual estipulado para possibilitar o enquadramento do empresário individual como Microempreendedor Individual (MEI). Afirmou que isso é essencial para permitir que micro e pequenas empresas cresçam, gerem empregos e impulsionem a economia nacional. Concluiu afirmando que o Congresso tem o dever de apoiar quem trabalha e produz, seja no campo ou na cidade.

Waldenor Pereira (PT - BA) - O Deputado relatou sua participação nas comemorações dos 102 anos do Distrito de Canabrava, no Município de Malhada (BA), destacando o forte envolvimento popular e a diversidade da programação, que incluiu atividades religiosas, culturais, esportivas e festivas. Parabenizou o Prefeito Gimmy, o Vice-Prefeito Manoel Rufino — natural da comunidade —, além dos Vereadores Lula de Geraldo Pedro, Tony de Fecundo, Rafa Enfermeiro, Cristiano do Mocambo, o ex-Vereador Juliene e o Secretário Jorge Aragão, ressaltando o espírito de união e progresso da localidade. Concluiu comemorando o marco histórico e afirmando que Canabrava tem uma trajetória de desenvolvimento que merece reconhecimento e celebração.

Reginaldo Lopes (PT - MG) - O Deputado destacou a importância do encontro da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, enfatizando



Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

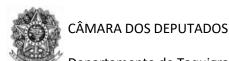
Data: 07/10/2025

o papel desses centros na inovação científica e tecnológica do país. Relatou ter visitado os seis institutos federais de Minas Gerais e o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), onde presenciou pesquisas conduzidas por jovens, símbolo do potencial criativo nacional. Além disso, explicou que a nova política industrial brasileira está estruturada em quatro eixos principais: maior capacidade exportadora; sustentabilidade e economia verde; competitividade com base na reforma tributária; e inovação com alto valor agregado. Por fim, afirmou que o objetivo é transformar o Brasil em um país exportador de tecnologia e produtos de valor agregado, reduzindo a dependência de *commodities* e promovendo desenvolvimento com distribuição de renda.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado comemorou o início das obras do viaduto no Trevão, em Rondonópolis (MT), onde se cruzam as BRs 163 e 364. Afirmou que a obra é histórica e aguardada pela população devido ao intenso tráfego de carretas, especialmente por causa do terminal ferroviário na região. Parabenizou o Prefeito Cláudio Ferreira, o Governador Mauro Mendes e o Vice-Governador Otaviano Pivetta pelo empenho na realização do projeto. Além disso, ressaltou a importância da BR-364 como "a cintura do Brasil", essencial para o transporte de insumos entre as regiões Norte e Centro-Oeste. Em seguida, abordou o tema da Ferrogrão, destacando que a ferrovia é vital para o escoamento da produção agrícola e para reduzir custos logísticos, beneficiando Mato Grosso, Pará e todo o país. Criticou os entraves jurídicos e políticos que, segundo ele, impedem o avanço da obra há quatro anos. Por fim, anunciou que protocolará uma proposição para proteger obras de interesse nacional contra interferências partidárias.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado fez um convite público aos "patriotas conservadores" para participarem de uma caminhada em Brasília (DF) em defesa da anistia ampla e irrestrita, das liberdades individuais e dos chamados "presos políticos". Informou que o ato contaria com a presença de lideranças da direita, como Silas Malafaia e outros nomes de projeção nacional. A manifestação, segundo ele, seria uma caminhada pacífica, com início na Catedral de Brasília e destino ao Congresso Nacional.

Zé Neto (PT - BA) - O Deputado pediu votação urgente do Projeto de Lei Complementar nº 185, de 2024, do Senado, que garante aposentadoria especial aos agentes comunitários de saúde e de endemias, ressaltando o papel essencial da categoria na prevenção e fortalecimento da saúde pública. Agradeceu à Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias e às entidades envolvidas, defendendo unidade no Congresso para aprovar o projeto ainda este ano. Em seguida, destacou a visita do Presidente Lula à Bahia, com a inauguração da fábrica da BYD em Camaçari, investimento de R\$ 5 bilhões e geração de até 20 mil empregos, além da reabertura do Estaleiro de Maragogipe, celebrando o impacto positivo dessas ações no desenvolvimento econômico e industrial do Estado.



Sumário da Sessão nº 209.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

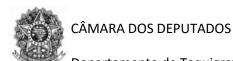
Data: 07/10/2025

Gabriel Nunes (PSD - BA) - O Deputado destacou investimentos do Governo da Bahia no Município de Fátima (BA), ao lado do Prefeito Binho de Alfredo, com foco em infraestrutura, educação, saúde e recursos hídricos. Informou que foram anunciadas obras como uma estrada de 12 km ligando Fátima a Heliópolis (BA), um novo colégio, uma creche, a reforma da maternidade, além da cobertura da feira, quadra esportiva e sistema de abastecimento de água integrado. Por fim, ressaltou o comprometimento do Governador Jerônimo Rodrigues e afirmou que a Bahia é o segundo Estado do país em volume de investimentos públicos.

Márcio Honaiser (PDT - MA) - O Deputado destacou ações de seu mandato em defesa do desenvolvimento do Maranhão e de políticas nacionais voltadas à produção, inclusão e assistência social. Nesse sentido, relatou iniciativas no setor agropecuário, como o projeto que impede o contingenciamento de recursos da defesa agropecuária; a apresentação de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para garantir recursos ao setor e ao seguro rural; e a criação do Programa Maranhão que Produz, em apoio a pequenos agricultores. Mencionou ainda projetos em prol das pessoas com deficiência, entre eles o Projeto de Lei nº 4.624, de 2025, que institui o Programa Nacional de Educação Inclusiva; e a criação do Dia Nacional da Diversidade Surda. Ademais, na condição de Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do SUAS, reforçou a necessidade de financiamento estável para o sistema. Também ressaltou avanços em segurança pública e infraestrutura, incluindo o Aeroporto e o contorno viário de Balsas (MA), além de obras em diversos Municípios do Maranhão.

Luciano Vieira (REPUBLICANOS - RJ) - O Deputado manifestou solidariedade aos Ministros do Supremo Tribunal Federal e a seus familiares, após as sanções impostas pelos Estados Unidos. Sobre o assunto, considerou inaceitável a interferência de outro país em decisões internas do Brasil e defendeu a soberania nacional. Ademais, elogiou o Presidente Lula pela iniciativa de dialogar para resolver o impasse e buscar soluções que preservem os empresários brasileiros. Além disso, afirmou ter sido eleito pelo PL e votado em Bolsonaro, mas ressaltou que, acima das divergências políticas, deve prevalecer o interesse nacional e o apoio ao Governo em ações que beneficiem o País.

Padre João (PT - MG) - O Deputado destacou o diálogo entre o Presidente Lula e o ex-Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, como um marco diplomático em defesa da soberania nacional. Informou que Lula solicitou a retirada da sobretaxa de 40% sobre produtos brasileiros e das medidas restritivas a autoridades do País. Além disso, citou que Trump designou o Secretário de Estado, Marco Rubio, para conduzir as negociações com Geraldo Alckmin, Mauro Vieira e Fernando Haddad. Também elogiou a postura firme de Lula na Organização das Nações Unidas (ONU) e mencionou o convite feito a Trump para a COP30.



Sumário da Sessão nº 209.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/10/2025

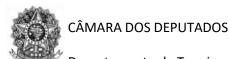
Ao final, agradeceu o Itamaraty pela libertação de brasileiros, entre eles a Deputada Luizianne Lins, detidos ao levarem ajuda humanitária à Faixa de Gaza.

Leônidas Cristino (PDT - CE) - O Deputado relatou o debate realizado na Comissão de Viação e Transportes sobre o sistema de transporte aéreo brasileiro. Destacou que o alto preço das passagens e a concentração de voos em rotas mais rentáveis têm reduzido a oferta de linhas e prejudicado a integração territorial. Em seguida, alertou que esses problemas comprometem o direito de locomoção e o desenvolvimento econômico do País. Também defendeu a necessidade de ampliar investimentos públicos e privados para garantir um transporte aéreo mais acessível, equilibrado e eficiente, beneficiando passageiros e fortalecendo a aviação nacional.

Sargento Portugal (PODE - RJ) - O Deputado alertou para a situação de violência na região do Itanhangá, no Rio de Janeiro, e apoiou a operação planejada pelo Governo estadual para retomar áreas dominadas pelo crime organizado, conforme acordo firmado com o Supremo Tribunal Federal (STF) na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635. Em seguida, cobrou do Governador Cláudio Castro a execução imediata do plano de segurança e criticou a omissão que permitiu o avanço das facções em Jacarepaguá e na Zona Oeste. Ademais, ressaltou que a prioridade deve ser o combate firme ao crime e a proteção da população, e não a promoção de grandes eventos internacionais que não trouxeram benefícios reais à segurança pública.

Daniel Almeida (PCdoB - BA) - O Deputado destacou a visita do Presidente Lula à Bahia, marcada por anúncios de grandes investimentos. Informou que a Petrobras retomaria sua presença no Estado, com a encomenda de seis navios a serem construídos na Enseada de Maragogipe, investimento de cerca de R\$ 3 bilhões e geração de até 7 mil empregos. Mencionou também a reabertura da Fafen, fábrica de fertilizantes na Bahia, e a instalação de unidade em Sergipe. Citou ainda a inauguração da primeira fábrica de automóveis elétricos do País, da BYD, que poderá empregar até 20 mil trabalhadores. Por fim, ressaltou os efeitos positivos dessas ações na geração de renda e defendeu políticas sociais, como o Vale Gás e a tarifa de energia reduzida.

Delegado Palumbo (MDB - SP) - O Deputado lamentou o assassinato do advogado Dr. Pacheco, ocorrido em São Paulo, e criticou a postura de setores da Esquerda e do Governo em relação à segurança pública. Afirmou que o crime foi cometido por um reincidente e defendeu o endurecimento das leis penais. Além disso, mencionou projetos que propõem o fim da progressão de regime para crimes hediondos, como latrocínio e feminicídio, e criticou o veto presidencial à proposta que extinguia as saídas temporárias de



Sumário da Sessão nº 209.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/10/2025

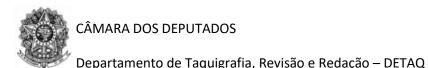
presos. Ao concluir, acusou o Governo de adotar uma postura contraditória diante da violência e defendeu medidas mais rígidas contra criminosos como forma de garantir justiça e segurança à população.

Geraldo Resende (PSDB - MS) - O Deputado destacou conquistas recentes para a educação e a saúde em Mato Grosso do Sul. Sobre o assunto, citou a inauguração do prédio da Reitoria da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), acompanhada pelo Ministro da Educação, Camilo Santana, e lembrou que a instituição completou 20 anos. Ressaltou ainda o avanço das obras da segunda etapa do Hospital da Mulher e da Criança, unidade materno-infantil do Hospital Universitário da UFGD, com investimento superior a R\$ 28 milhões do PAC Federal. Também mencionou visita a obras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), incluindo o futuro prédio da Faculdade de Direito, e agradeceu o apoio do Ministério da Educação.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado críticou a Operação Lava Jato e o papel do ex-Juiz e atual Senador Sergio Moro. Afirmou que a história deu voltas e que Moro, antes visto como justiceiro, agora enfrentava a possibilidade de se tornar réu no Supremo Tribunal Federal. Também lembrou episódios em que a operação agiu com arbitrariedade e perseguição política, citando o impacto econômico e social causado pelas decisões da época. Mencionou ainda o tratamento dado ao então ex-Presidente Lula durante o processo judicial e afirmou que a chamada "República de Curitiba" perdeu o status de símbolo de moralidade e poder.

Bebeto (PP - RJ) - O Deputado relatou ações voltadas à mobilidade e infraestrutura no Estado do Rio de Janeiro. Ainda sobre o assunto, destacou a assinatura do contrato de privatização da BR-040, entre o Rio de Janeiro (RJ) e Juiz de Fora (MG), com obras de duplicação e construção de um túnel sob a Serra de Petrópolis, firmadas com a empresa Elovias. Além disso, informou ter convidado o Ministro Renan Filho para inauguração do viaduto ferroviário em São João de Meriti (RJ) e lembrou a realização de audiência pública sobre a revitalização da ferrovia da Baixada Fluminense. Mencionou ainda tratativas com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a EcoRioMinas para reabrir o acesso a São João de Meriti (RJ) pela rodovia Presidente Dutra e melhorar o trânsito na região.

Paulo Magalhães (PSD - BA) - O Deputado destacou o reconhecimento público do Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, às qualidades do Presidente Lula, após uma conversa por vídeo. Enfatizou que o gesto simbolizou o prestígio internacional do Brasil e reforçou a liderança de Lula como estadista e realizador. Ademais, ressaltou o entusiasmo do povo brasileiro com os investimentos anunciados na Bahia, como a retomada das atividades do estaleiro de Maragogipe (BA), com a construção de seis embarcações, e a inauguração da fábrica da BYD, primeira de carros elétricos no País. Enalteceu ainda a atuação de Rui Costa como Chefe da Casa Civil da Presidência da República e de Jerônimo Rodrigues como Governador da Bahia.



Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

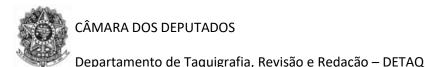
Data: 07/10/2025

Alice Portugal (PCdoB - BA) - A Deputada criticou a retomada do debate sobre a reforma administrativa, afirmando que o Grupo de Trabalho da Câmara não concluiu suas atividades por não ter ouvido todas as entidades representativas do serviço público. Também destacou que a proposta apresentada previa contratação temporária e limitação da estabilidade dos servidores, o que fragilizaria o Estado e abriria espaço para a precarização e a terceirização. Nesse sentido, defendeu o concurso público como instrumento essencial de proteção institucional e lembrou casos em que servidores de carreira foram decisivos para coibir irregularidades. Ao concluir, reforçou que não é momento de discutir reforma administrativa sem ampla participação social.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado afirmou que a proposta de reforma administrativa não visa cortar privilégios, mas retirar direitos dos servidores públicos. Criticou o modelo que permitiria contratações temporárias, sem estabilidade nem plano de carreira, e que substitui salários fixos por bônus dependentes da chefia ou de metas inalcançáveis. Ressaltou ainda que a medida enfraqueceria serviços essenciais, como saúde, educação e assistência social, e tramitava sem transparência. Por fim, classificou a reforma como um desmonte do Estado e anunciou resistência conjunta de Parlamentares, sindicatos e servidores públicos em defesa das garantias sociais e do serviço público de qualidade.

Delegada Katarina (PSD - SE) - A Deputada destacou os avanços da segurança pública em Sergipe, apontando o Estado como um dos mais seguros do Nordeste. Elogiou o trabalho do Delegado Jonathas Evangelista, Coordenador das Delegacias do Interior, presente na Casa, e de toda a equipe da Secretaria de Segurança Pública, incluindo o Delegado-Geral Thiago Leandro, o Secretário João Eloy de Menezes, além dos Coronéis Ribeiro e Fábio, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Ao finalizar, expressou orgulho de integrar as forças policiais sergipanas e agradeceu o Governador pelo investimento contínuo e estratégico em segurança pública.

Pauderney Avelino (UNIÃO - AM) - O Deputado destacou o papel estratégico da Moto Honda da Amazônia, instalada em Manaus (AM) desde 1976, que em breve completará 50 anos. Informou que a empresa receberá aporte de R\$ 1,6 bilhão entre 2026 e 2029 para ampliar a produção e diversificar modelos, gerando mais de 300 empregos e totalizando quase 10 mil empregos no Estado. Também ressaltou a produção prevista de 1,6 milhão de motocicletas e enfatizou a necessidade de melhorias logísticas, citando a importância do reasfaltamento da BR-319 para integração e transporte de mercadorias, destacando a relevância de conciliar desenvolvimento econômico com preservação ambiental.



Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/10/2025

Zezinho Barbary (PP - AC) - O Deputado registrou a presença do Prefeito Zé Luiz, de Mâncio Lima (AC), Município mais ocidental do País, destacando o trabalho do gestor em seu primeiro ano de mandato. Além disso, ressaltou que o Prefeito busca, em Brasília, recursos parlamentares para somá-los aos recursos obrigatórios e gerar resultados concretos para a população local. Também enfatizou que Mâncio Lima (AC) é atualmente a cidade que mais produz café no Estado, evidenciando o potencial econômico e agrícola da região.

Ivoneide Caetano (PT - BA) - A Deputada parabenizou a comunidade católica da região metropolitana de Salvador (BA) pela chegada da imagem oficial de São Miguel Arcanjo, vinda da Itália para a Diocese de Camaçari(BA). Relatou que o evento ocorreu em Dias d'Ávila (BA) e reuniu milhares de fiéis em um momento de fé e adoração. Por fim, elogiou o trabalho do Padre Avelino e do Bispo Dom Dirceu pela organização, destacando que celebrações religiosas como essa fortalecem a esperança, impulsionam a economia local e demonstram que fé e progresso podem caminhar juntos.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que garante aposentadoria e valorização das carreiras dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias. Destacou acompanhar há muitos anos a luta desses profissionais, essenciais para o Sistema Único de Saúde, especialmente nas comunidades mais vulneráveis. Pediu apoio unânime da Câmara para aprovar a proposta, afirmando que esses trabalhadores são verdadeiros guardiões da saúde pública brasileira.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado saudou a presença de Parlamentares latino-americanos que integram uma frente em defesa do planeta, da vida, da economia sustentável e dos povos indígenas. Destacou que o grupo realizou um estudo detalhado sobre os impactos da indústria petroleira e seus efeitos no aquecimento global, cujo relatório será apresentado na COP 30. Por último, deu boas-vindas à Senadora Cecilia Requena e à Deputada Lois Maldonado, enfatizando a importância da cooperação entre países latino-americanos em prol da sustentabilidade.

Daiana Santos (PCdoB - RS) - A Deputada saudou as Parlamentares latino-americanas presentes, destacando a importância da união das mulheres na luta ambiental e climática. Elogiou o trabalho conjunto com o Deputado Ivan Valente e a Deputada Célia Xakriabá, ressaltando que discutir meio ambiente e clima é também falar de vida e de futuro para os povos da América Latina. Enfatizou também o protagonismo feminino nessa mobilização rumo à COP30 e a necessidade de repensar as ações em todos os territórios com foco na sustentabilidade.



Sumário da Sessão nº 209.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/10/2025

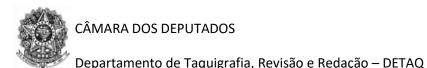
Ivoneide Caetano (PT - BA) - A Deputada celebrou seu retorno à Câmara após tratar um aneurisma, agradecendo a Deus, aos colegas e às lideranças baianas pelo apoio e destacando a importância do cuidado com a saúde, especialmente das mulheres, no contexto do Outubro Rosa. Comemorou também a visita do Presidente Lula à Bahia para a inauguração da fábrica da BYD em Camaçari (BA), investimento de mais de R\$ 5 bilhões que deve gerar cerca de 20 mil empregos, marcando um novo ciclo de desenvolvimento econômico e social para a região.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada destacou a importância da Campanha Outubro Rosa na conscientização sobre a prevenção e o diagnóstico precoce do câncer de mama, ressaltando que o Governo Lula ampliou o acesso à mamografia no SUS para mulheres de 40 a 49 anos, mesmo sem sintomas, beneficiando uma faixa etária com alto índice da doença. Enfatizou que o Outubro Rosa promove informação, combate o preconceito, incentiva o autocuidado e reforça a necessidade de fortalecer o SUS, abrangendo também a saúde integral e mental das mulheres.

Eriberto Medeiros (PSB - PE) - O Deputado registrou o falecimento de Russell Marion Nelson, Presidente da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, ocorrido em 27 de setembro, aos 101 anos, nos Estados Unidos. Expressou solidariedade à família, aos fiéis e a todos que se inspiraram em suas palavras, pedindo um minuto de silêncio em sua homenagem.

Cobalchini (MDB - SC) - O Deputado relatou ter participado de uma reunião com os Ministros Geraldo Alckmin e da Agricultura para tratar do impacto do "tarifaço" imposto pelos Estados Unidos, que afetou gravemente a indústria de base florestal de Santa Catarina, responsável por exportar 60% de sua produção ao país. Alertou que muitas empresas já concederam férias coletivas e iniciaram demissões devido aos impostos de até 50%, gerando grande prejuízo e insegurança. Por fim, destacou a importância do diálogo entre os Presidentes do Brasil e dos Estados Unidos, que trouxe esperança de uma solução e da possível suspensão do tarifaço.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado criticou a falta de tributação sobre os mais ricos no Brasil, durante discussão sobre a Medida Provisória nº 1.303, de 2025, afirmando que o agronegócio e o setor financeiro se beneficiam de isenções injustas. Destacou que grandes produtores, que já recebem volumosos financiamentos públicos, resistem à taxação de 5% sobre letras do agro e imobiliárias, movimentando mais de 1 trilhão de reais. Denunciou ainda o lobby da Frente Parlamentar da Agropecuária, que manteria privilégios e ampliaria a desigualdade social. Também criticou tentativas de beneficiar o setor de apostas e defendeu a taxação das grandes fortunas e heranças. Por fim, apoiou a medida provisória para garantir o equilíbrio fiscal



Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/10/2025

do Governo, mas anunciou que fará destaques para proteger recursos da educação, saúde e do Seguro-Defeso.

Kim Kataguiri (UNIÃO - SP) - O Deputado criticou a Medida Provisória nº 1.303, de 2025, acusando o Governo Lula de legalizar apostas ilegais, inclusive ligadas a facções criminosas, permitindo que elas regularizem suas operações e paguem retroativamente impostos. Questionou o interesse do Governo em proteger esse setor, apontando contradição entre a alegada tributação de bilionários e a retirada da taxação das apostas na medida provisória. Afirmou também que a medida perdeu seu propósito original, que era compensar a derrubada do aumento do IOF, e acusou parte do "centrão" de beneficiar o Governo eleitoralmente enquanto apoia outros candidatos. Por fim, declarou voto contrário à proposição, defendendo corte de gastos e privilégios em vez de aumentar impostos sobre a população.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada destacou, no contexto do Outubro Rosa, a importância da pesquisa da cientista brasileira Deborah Zanforlin, que desenvolveu um chip capaz de detectar 18 tipos de câncer em 15 minutos com apenas uma gota de sangue e sem radiação. Relatou que, apesar do reconhecimento internacional da descoberta desde 2016, a cientista ainda não conseguiu registrar a patente no Brasil, o que limita a utilização e o acesso à tecnologia no País. Enfatizou ainda que o Brasil perde oportunidades comerciais e médicas devido à burocracia, e defendeu que o Congresso apoie medidas para proteger pesquisas nacionais, priorizando vidas em vez de interesses de mercado.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado destacou a realização em Brasília do Festival Curicaca, promovido pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, considerado o maior evento de educação, cultura, ciência, tecnologia e indústria do País, com mais de 100 mil inscritos e programação gratuita, incluindo shows, palestras e debates sobre a Nova Indústria Brasil. Ressaltou também o evento "Bancada Feminina na COP 30", organizado por *startups* e institutos, que discute uma Carta das Mulheres para a COP 30, e convidou os Parlamentares a prestigiar as atividades, enfatizando a presença do Vice-Presidente Geraldo Alckmin, Ministros, Parlamentares e estudantes.

Otto Alencar Filho (PSD - BA) - O Deputado destacou a importância de pautar dois projetos na Câmara: o Projeto de Lei nº 414, de 2021, que trata da abertura do mercado de energia, aprovado por unanimidade na Comissão de Minas e Energia, que visa tornar a energia mais acessível, segura e justa para todos os setores; e o Projeto de Lei Complementar nº 125, de 2022, aprovado no Senado, que busca cobrar grandes devedores da União, revertendo recursos para saúde, educação e infraestrutura, além de combater o crime organizado



Sumário da Sessão nº 209.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/10/2025

no setor de combustíveis. Solicitou o apoio da Presidência e dos colegas Parlamentares para a votação desses projetos.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada destacou a importância de votar a Medida Provisória nº 1.303, de 2025, antes do prazo final, ressaltando que ela busca tributar principalmente bancos, fintechs e grandes fortunas, garantindo justiça fiscal. Reforçou que a medida complementa ações já aprovadas, como a isenção do Imposto de Renda até 5 mil reais e a taxação gradual de rendas elevadas, e que sua aprovação é essencial para equilibrar o orçamento, manter políticas públicas como saúde e educação e evitar perdas de recursos. Por fim, conclamou a Câmara a votar integralmente a proposta para avançar na tributação do "andar de cima" e proteger os interesses da população mais vulnerável.

Bebeto (PP - RJ) - O Deputado saudou o Vereador Jeffinho Enfermeiro, de Itaperuna (RJ), destacando a parceria com a cidade. Relatou ter participado de um café da manhã com cerca de 300 moradores ao lado do Prefeito Nel e ressaltou a entrega de uma quadra poliesportiva à comunidade, agradecendo a colaboração do Vereador.

Dr. Zacharias Calil (UNIÃO - GO) - O Deputado relatou sua participação, junto a outros Parlamentares e ao Senador Marcos Pontes, no 66º Congresso Internacional de Aeronáutica na Austrália. Destacou a importância dos 13.700 satélites em órbita para Internet, GPS e cirurgias remotas, e o papel do Brasil no fortalecimento do Programa Espacial, incluindo parcerias internacionais, desenvolvimento de satélites e centros de lançamento. Citou o Projeto Amazônia 1, já em órbita, e o futuro Amazônia 2, que permitirá monitoramento mais rápido de questões como pesca predatória e mudanças climáticas, ressaltando a relevância da participação brasileira em nível global.

Luiz Carlos Hauly (PODE - PR) - O Deputado criticou a consulta pública do Contran sobre a possibilidade de eliminar a fase prática das autoescolas, destacando que o Brasil possui um dos trânsitos mais violentos do mundo, com mais de 30 mil mortes anuais e centenas de milhares de mutilados. Defendeu que decisões de repercussão nacional sobre segurança viária devem ser discutidas no Congresso, onde é possível ouvir todas as partes interessadas, incluindo autoescolas, que geram mais de 300 mil empregos diretos e indiretos. Por fim, alertou que simplificar o processo de habilitação representa risco à vida, impunidade e falha nas políticas públicas de trânsito.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado fez um apelo ao Governo Federal, especialmente à Ministra da Gestão, Esther, para que seja chamado o último grupo de 500 concursados da Polícia Rodoviária Federal, de



Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/10/2025

um concurso cujo prazo vence em 21 de dezembro e que custou 32 milhões de reais. Ressaltou que esses aprovados estão preparados, aguardando a nomeação, e que chamá-los beneficiaria a segurança pública, a logística e os cidadãos, além de evitar custos elevados com um novo concurso.

Pastor Henrique Vieira (PSOL - RJ) - O Deputado denunciou a criação do Banco Digital Clava Forte, lançado pelo pastor e cantor André Valadão, questionando a compatibilidade de um banco com a função de uma igreja. Destacou que a administração do banco é feita pelo próprio Valadão e sua esposa, e que a sede coincide com o endereço da Igreja Batista da Lagoinha. Solicitou ainda ao Banco Central esclarecimentos sobre a autorização formal do banco e o possível uso indevido da imunidade tributária das igrejas para fins lucrativos, considerando que atividades religiosas não podem ser exploradas economicamente. Por fim, alertou para o risco de mercantilização da fé e para a necessidade de fiscalização republicana.

Pedro Aihara (PRD - MG) - O Deputado agradeceu e destacou a presença do Vereador Marcus Fernandes, de Timóteo (MG), elogiando seu trabalho em prol da cidade, especialmente na construção e reforma de uma quadra no Bairro Ana Rita, reconhecendo sua atuação como representante dedicado e comprometido com os interesses da população local.

Renildo Calheiros (PCdoB - PE) - O Deputado anunciou a inclusão na pauta da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 14, de 2021, que trata dos direitos dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias. Destacou a importância desses profissionais como a linha de frente do Sistema Único de Saúde (SUS), ressaltando sua atuação essencial durante a pandemia de Covid-19. Além disso, enfatizou que a proposta representa justiça para esses trabalhadores, cujo trabalho envolve visitas domiciliares e atuação em áreas de difícil acesso. Ademais, salientou a necessidade de fortalecimento do SUS, apontando carências estruturais como a realização de cirurgias e exames de alto custo, e citou a criação do programa Mais Especialistas como resposta do Governo a essas deficiências. Por fim, manifestou apoio à aprovação da PEC como forma de consolidar os direitos desses profissionais e reconhecer sua relevância no sistema público de saúde.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada comentou a notícia do Promotor aposentado Jairo de Luca, que recusou um benefício de 1,3 milhão de reais por considerá-lo inconstitucional e o denunciou ao Supremo Tribunal Federal (STF). Enalteceu a coragem e a decência do promotor ao defender a moralidade, a legalidade e o princípio da economicidade, e afirmou que sua atitude contrasta com a prática recorrente de concessão de penduricalhos remuneratórios irregulares no Judiciário e no Ministério Público, os quais burlam o teto constitucional e violam leis federais como as Leis nº 13.093 e 13.095, ambas de 2005. Por fim, defendeu a



Departamento de raquigrana, nevisao e nedagao

Sumário da Sessão nº 209.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/10/2025

moralização dos gastos públicos, o respeito às normas legais e criticou a omissão do Congresso diante dessas práticas.

Pedro Aihara (PRD - MG) - O Deputado lamentou a morte do Soldado Thiago Belizar, de 26 anos, durante uma perseguição policial em Minas Gerais. Relatou o depoimento emocionado do pai da vítima, também veterano da Polícia Militar do Estado, e destacou a vocação do jovem soldado pelo serviço público. Ainda, assinalou que o policial recebia apenas cerca de 4.360 reais mensais e questionou a desvalorização do trabalho e da vida dos operadores da segurança pública. Além disso, criticou a estagnação dos projetos de valorização salarial, atribuindo responsabilidade à insensibilidade dos governantes e do Congresso Nacional. Por fim, reafirmou seu compromisso com a área, declarando-se o Parlamentar que mais destina recursos para a segurança pública em Minas Gerais, e prestou homenagem ao Soldado Thiago, defendendo que sua morte deixe um legado de transformação.

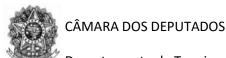
ORDEM DO DIA

Kim Kataguiri (UNIÃO - SP) - O Deputado apresentou questão de ordem alegando a ausência de divulgação da pauta da Ordem do Dia — que já havia iniciado —, relatando que, no sistema Infoleg, constava apenas a inscrição para Breves Comunicações, sem exibição das matérias a serem votadas. Apontou a dificuldade enfrentada pelos Parlamentares em exercer plenamente suas funções, já que não houve comunicação prévia sobre os itens da pauta nem possibilidade de apresentar requerimentos de obstrução, apoio ou rejeição. Por fim, assinalou que tal situação compromete o processo legislativo e a transparência das decisões no Plenário.

Defensor Stélio Dener (REPUBLICANOS - RR) - O Deputado relatou sua participação na Reunião de Líderes, na qual constatou o apoio unânime à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que reconhece e valoriza os agentes comunitários de saúde e de combate às endemias. Ainda, ressaltou a relevância desses profissionais para a saúde pública nos Municípios e parabenizou a Presidência e os Líderes pelo encaminhamento da matéria. Por fim, agradeceu o Presidente pela tramitação do Projeto de Lei nº 1.881, de 2025, de autoria da Defensoria Pública da União, manifestando expectativa em relação à sua rápida deliberação.

BREVES COMUNICAÇÕES

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado manifestou indignação pela ausência de informações sobre os itens da pauta em votação no Plenário, relatando que até mesmo seus assessores do Partido Novo (NOVO) estavam



Sumário da Sessão nº 209.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/10/2025

desorientados. Declarou que, diante da falta de transparência e comunicação adequada, não havia como saber o que estava sendo votado e, por isso, não seria possível se posicionar sobre as matérias em discussão.

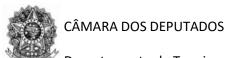
ORDEM DO DIA

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 1.307, de 2023, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre o crime de associação criminosa; a Lei nº 12.694, de 24 de julho de 2012, para ampliar a proteção pessoal dos agentes públicos ou processuais envolvidos no combate ao crime organizado; e a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, para tipificar as condutas de obstrução e de de conspiração para obstrução de ações contra o crime organizado. Além disso, relatou dificuldades para acompanhar a votação do Plenário e de se posicionar sobre as matérias, devido à ausência de ordem clara na pauta e à velocidade das deliberações. Ainda, informou que, mesmo com o repasse de informações pelos Líderes do que foi acordado na reunião do Colégio, a bancada estava ainda confusa e, por isso, pediu tempo para entender a pauta, além de anúncio antecipado dos próximos projetos que serão deliberados. Por fim, enfatizou a relevância de temas como saúde pública, segurança pública e educação pública para o PT e defendeu maior cautela na análise de propostas que possam impactar os projetos sobre segurança pública.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 1.307, de 2023, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre o crime de associação criminosa; a Lei nº 12.694, de 24 de julho de 2012, para ampliar a proteção pessoal dos agentes públicos ou processuais envolvidos no combate ao crime organizado; e a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, para tipificar as condutas de obstrução e de de conspiração para obstrução de ações contra o crime organizado.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 1.307, de 2023, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre o crime de associação criminosa; a Lei nº 12.694, de 24 de julho de 2012, para ampliar a proteção pessoal dos agentes públicos ou processuais envolvidos no combate ao crime organizado; e a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, para tipificar as condutas de obstrução e de de conspiração para obstrução de ações contra o crime organizado.

Rosangela Moro (UNIÃO - SP) - A Deputada encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 1.307, de 2023, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre o crime de associação criminosa; a Lei nº 12.694, de 24 de julho de 2012, para ampliar a proteção pessoal dos agentes públicos ou processuais envolvidos no combate ao crime organizado; e a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de



Sumário da Sessão nº 209.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/10/2025

2013, para tipificar as condutas de obstrução e de de conspiração para obstrução de ações contra o crime organizado.

Kim Kataguiri (UNIÃO - SP) - O Deputado apresentou questão de ordem com base no art. 85 do Regimento Interno, alegando que o Presidente da Câmara não anunciou a Ordem do Dia da sessão seguinte ao fim da sessão anterior, como determina o Regimento. Assinalou que essa prática vem sendo descumprida há tempos, apesar de o atual Presidente ter assumido compromisso de divulgação antecipada da pauta. Além disso, declarou que houve retrocesso na transparência, com a pauta passando a ser divulgada cada vez mais próxima da sessão, até o ponto atual, ao qual a questão de ordem se refere, de se iniciar a sessão sem que sequer houvesse divulgação da pauta. Ademais, destacou que a pauta divulgada após o início da reunião possui mais de cinquenta itens, o que inviabiliza a possibilidade, pela falta de tempo hábil, de leitura, elaboração de notas técnicas e definição do posicionamento das bancadas. Por fim, ressaltou que partidos como NOVO, PSOL e PT afirmaram desconhecer o conteúdo da pauta, o que confirma o prejuízo ao direito dos Parlamentares à participação qualificada.

Delegado Paulo Bilynskyj (PL - SP) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 4.498, de 2025, que estabelece mecanismos de atuação colaborativa entre os órgãos de fiscalização e controle e os órgãos de persecução penal. Além disso, declarou que o crime organizado no Brasil opera como uma estrutura empresarial complexa e voltada ao lucro, mencionando números quanto ao efetivo das facções criminosas no Rio de Janeiro (50 a 60 mil membros armados ilegalmente, superior ao efetivo das Polícias Civil e Militar somadas) e em São Paulo (estimativa de 40 mil faccionados frente a mais de 200 mil agentes de segurança). Ademais, ressaltou que o combate eficaz ao crime organizado depende da descapitalização, indicando fontes de financiamento como *bets* ilegais, comércio ilegal de cigarros, e tráfico de drogas e armas. Por fim, defendeu a integração entre órgãos de segurança pública e de fiscalização (como Receita Federal, Cade, CVM e Bacen) como meio essencial para rastrear e desarticular financeiramente as organizações criminosas.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 4.498, de 2025, que estabelece mecanismos de atuação colaborativa entre os órgãos de fiscalização e controle e os órgãos de persecução penal.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.



Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/10/2025

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Antonio Brito (PSD - BA) - O Deputado, Relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 14, de 2021, manifestou satisfação pela aprovação da matéria, que trata da aposentadoria especial para os agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, ressaltando que a proposta foi construída de forma ampla, com participação de Líderes partidários e representantes de diversos Estados e partidos. Destacou que não haverá ônus para os entes federativos, pois os custos serão arcados pela União, e que a medida equipara esses profissionais a professores e militares, respeitando a Emenda Constitucional nº 103, de 2019, e mantendo responsabilidade fiscal e social. Ainda, enfatizou que houve audiências públicas e debates em vários Municípios, e que a PEC prevê transição até 2028 para os gestores locais. Por fim, agradeceu ao Presidente, aos integrantes da Comissão Especial, às entidades representativas dos agentes, e afirmou que a proposta nasceu da própria Câmara dos Deputados, simbolizando protagonismo legislativo em favor da população.

Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO - TO) - O Deputado declarou apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, em discussão. Também reafirmou o compromisso com os Agentes de Combate às Endemias, destacando a importância do reconhecimento e da valorização desses profissionais para o fortalecimento das ações de saúde pública no País.

Enfermeira Ana Paula (PODE - CE) - A Deputada destacou o avanço da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, em discussão, como um marco na valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. Ressaltou o compromisso assumido desde 2023 com o Fnaras e entidades do Ceará para garantir a aprovação da matéria, que estabelece aposentadoria diferenciada após 25 anos de contribuição. Também lembrou sua trajetória como enfermeira e a importância desses profissionais para o fortalecimento do SUS e para os indicadores de saúde pública.



Sumário da Sessão nº 209.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/10/2025

Kim Kataguiri (UNIÃO - SP) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

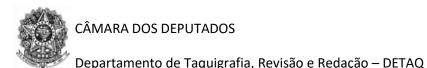
José Airton Félix Cirilo (PT - CE) - O Deputado declarou apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que cria o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias. Também destacou a importância histórica desses profissionais e lembrou sua atuação como Prefeito de Icapuí (CE), onde implantou um dos primeiros programas com agentes comunitários no Ceará.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Guilherme Boulos (PSOL - SP) - O Deputado declarou apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, em discussão, reconhecendo a atuação heroica dos trabalhadores da saúde na pandemia do coronavírus.

Kim Kataguiri (UNIÃO - SP) - O Deputado questionou a condução dos trabalhos na Câmara dos Deputados, ao apontar a divulgação irregular da Ordem do Dia após o início da sessão. Também defendeu que a questão de ordem por ele apresentada mais cedo fosse decidida imediatamente, sob o risco de perder seu objeto. Por fim, criticou a ausência de transparência e de reuniões prévias com bancadas, o que, segundo ele, comprometeria a participação dos demais Deputados nas decisões.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos



Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/10/2025

Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Carlos Veras (PT - PE) - O Deputado declarou apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, em discussão, cumprimentando os agentes comunitários de saúde e de combate às endemias do Estado de Pernambuco.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Ronaldo Nogueira (REPUBLICANOS - RS) - O Deputado defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que prevê aposentadoria especial para agentes comunitários de saúde e de combate às endemias. Destacou o papel essencial desses trabalhadores como elo entre a população e as políticas públicas, reforçando a importância do reconhecimento institucional à sua contribuição para a saúde pública. Concluiu com um apelo à aprovação da matéria e um gesto de reconhecimento à categoria.

Antonio Andrade (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Geraldo Resende (PSDB - MS) - O Deputado celebrou o avanço da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que propõe aposentadoria especial para agentes comunitários de saúde e de combate às endemias. Também relembrou sua atuação à frente de dez reuniões da Comissão que analisou a proposta, sendo nove sob sua condução, e defendeu a aprovação unânime do texto.

Vicentinho (PT - SP) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.



Sumário da Sessão nº 209.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/10/2025

Dorinaldo Malafaia (PDT - AP) - O Deputado celebrou a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, em discussão, como a maior conquista dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias desde a Emenda Constitucional nº 51, de 2006. Relembrou sua atuação como enfermeiro e dirigente sindical na luta pela estabilidade desses profissionais e destacou que a proposta garantiu aposentadoria especial, estabilidade e o reconhecimento da carreira de Estado. Por fim, afirmou que a medida representa o resultado de uma mobilização histórica e reforçou a importância da autonomia e do fortalecimento das categorias que atuam na base do Sistema Único de Saúde.

Juliana Cardoso (PT - SP) - A Deputada manifestou apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que garante valorização aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias. Elogiou a mobilização das categorias no Congresso e afirmou que a aprovação da PEC representou uma vitória democrática construída com o diálogo entre diferentes partidos e o reconhecimento do trabalho essencial desempenhado na saúde pública.

Camila Jara (PT - MS) - A Deputada discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada declarou voto favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, e destacou a mobilização nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias pela aprovação da proposta. Também afirmou que a conquista representou não apenas uma vitória da categoria, mas também do povo brasileiro, por reconhecer o papel fundamental desses trabalhadores na promoção da qualidade de vida e na consolidação do SUS.

Dr. Zacharias Calil (UNIÃO - GO) - O Deputado defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, em discussão, como um ato de justiça e reconhecimento aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias. Ressaltou o papel essencial desses profissionais na linha de frente do cuidado à população e defendeu a aposentadoria especial, o fim da precarização dos vínculos de trabalho e o apoio financeiro da União para garantir a valorização da categoria e o fortalecimento do SUS.

Túlio Gadêlha (REDE - PE) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos



Sumário da Sessão nº 209.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/10/2025

Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Gilberto Nascimento (PSD - SP) - O Deputado defendeu a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

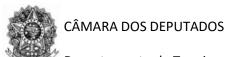
Otto Alencar Filho (PSD - BA) - O Deputado defendeu a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Pauderney Avelino (UNIÃO - AM) - O Deputado defendeu a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Sidney Leite (PSD - AM) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de encerramento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada defendeu a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos



Sumário da Sessão nº 209.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/10/2025

Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Alice Portugal (PCdoB - BA) - A Deputada defendeu a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada defendeu a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado encaminhou a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado defendeu a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a



Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/10/2025

aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Fred Costa (PRD - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Rodrigo de Castro (UNIÃO - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Doutor Luizinho (PP - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.



Sumário da Sessão nº 209.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/10/2025

Márcio Marinho (REPUBLICANOS - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Dagoberto Nogueira (PSDB - MS) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Ricardo Maia (MDB - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Max Lemos (PDT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a



Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/10/2025

aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Pedro Campos (PSB - PE) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Paulo Lemos (PSOL - AP) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.



Sumário da Sessão nº 209.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/10/2025

Lenir de Assis (PT - PR) - A Deputada defendeu a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Ossesio Silva (REPUBLICANOS - PE) - O Deputado defendeu a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado defendeu a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado defendeu a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado defendeu a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente anunciou a aprovação em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o



Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/10/2025

Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Dr. Zacharias Calil (UNIÃO - GO) - O Deputado orientou a bancada na votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Delegado Fabio Costa (PP - AL) - O Deputado orientou a bancada na votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Márcio Marinho (REPUBLICANOS - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Ricardo Maia (MDB - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição n° 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.



Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/10/2025

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição n° 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

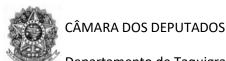
Delegada Katarina (PSD - SE) - A Deputada orientou a bancada na votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição n° 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Duarte Jr. (PSB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição n° 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição n° 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição n° 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição n° 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às



Sumário da Sessão nº 209.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/10/2025

Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado orientou a bancada na votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição n° 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Sargento Fahur (PSD - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição n° 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 2.336, de 2023, que dispõe sobre o exercício da atividade de condutor de ambulância da administração pública e iniciativa privada.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente elogiou a Relatora do Projeto de Lei nº 2.336, de 2023, que dispõe sobre o exercício da atividade de condutor de ambulância da administração pública e iniciativa privada.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado se manifestou contrário ao Projeto de Lei nº 2.336, de 2023, que dispõe sobre o exercício da atividade de condutor de ambulância da administração pública e iniciativa privada.

BREVES COMUNICAÇÕES

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada elogiou a aprovação do Projeto de Lei nº 2.336, de 2023, que dispõe sobre o exercício da atividade de condutor de ambulância da administração pública e iniciativa privada.

Vermelho (PP - PR) - O Deputado elogiou a aprovação do Projeto de Lei nº 2.336, de 2023, que dispõe sobre o exercício da atividade de condutor de ambulância da administração pública e iniciativa privada.



Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/10/2025

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada elogiou a aprovação do Projeto de Lei nº 2.336, de 2023, que dispõe sobre o exercício da atividade de condutor de ambulância da administração pública e iniciativa privada.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado parabenizou a Deputada Delegada Katarina, do Estado de Sergipe, pelo aniversário, destacando o trabalho da Parlamentar na defesa dos interesses do povo sergipano e do Brasil. Expressou votos de saúde e sucesso à integrante da Mesa Diretora da Câmara, que ocupa o cargo de 3º Secretária.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado elogiou a aprovação do Projeto de Lei nº 2.336, de 2023, que dispõe sobre o exercício da atividade de condutor de ambulância da administração pública e iniciativa privada.

Gisela Simona (UNIÃO - MT) - A Deputada elogiou a aprovação do Projeto de Lei nº 2.336, de 2023, que dispõe sobre o exercício da atividade de condutor de ambulância da administração pública e iniciativa privada.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada elogiou a aprovação do Projeto de Lei nº 2.336, de 2023, que dispõe sobre o exercício da atividade de condutor de ambulância da administração pública e iniciativa privada.

Evair Vieira de Melo (PP - ES) - O Deputado criticou a Medida Provisória nº 1.303, de 2025, que dispõe sobre a tributação de aplicações financeiras e ativos virtuais no País e dá outras providências, afirmando que ela previa o aumento da alíquota de nove impostos, somando-se aos 25 já elevados pelo Governo Federal. Informou que a proposta buscava arrecadar mais 30 bilhões de reais para sustentar gastos que poderiam ultrapassar 250 bilhões de reais a partir de 2026. Também mencionou que o Governo teria recorrido ao Supremo Tribunal Federal para validar, por decreto, o aumento do IOF, após o Congresso negar a autorização. Concluiu conclamando os Parlamentares a votarem contra a medida e a rejeitarem novos aumentos de impostos.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada recordou os dois anos do massacre na Faixa de Gaza, que, segundo ela, resultou em mais de 65 mil mortos e 170 mil feridos, em sua maioria mulheres e crianças. Destacou a ação humanitária Global Sumud Flotilla, formada por cerca de quinhentos ativistas internacionais, incluindo brasileiros, que tentaram levar ajuda e solidariedade à população palestina. Relatou que o grupo foi detido por Israel em águas internacionais, o que classificou como ato ilegal. Citou a presença da Deputada Luizianne Lins, da Vereadora Mariana Conti e de militantes brasileiros na comitiva, e pediu que o Governo brasileiro



Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/10/2025

rompa relações comerciais e diplomáticas com Israel, defendendo um boicote ativo e ações concretas de solidariedade ao povo palestino.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado abordou o colapso da operadora Oi, classificando-o como um marco negativo da política econômica que criou as chamadas "campeãs nacionais". Citou a decisão da Justiça do Rio de Janeiro que antecipou efeitos da falência da empresa, suspendendo dívidas e afastando a diretoria, como símbolo do fracasso de políticas estatais adotadas nos Governos Lula e Dilma Rousseff. Recordou que a Oi acumulou dívidas bilionárias desde sua criação, resultado de fusões incentivadas por recursos do BNDES e fundos de pensão. Também criticou o retorno de propostas que retomariam práticas semelhantes e defendeu que o caso da Oi sirva de lição sobre os riscos do intervencionismo estatal e da falta de fiscalização no uso de recursos públicos.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada destacou a sanção da Lei nº 15.199, de 8 de setembro de 2025, que instituiu a Campanha Setembro Amarelo, o Dia Nacional de Prevenção da Automutilação e o Dia Nacional de Prevenção do Suicídio como política pública permanente. Ressaltou que a iniciativa, antes conduzida pela sociedade civil, passou a ter respaldo do Estado, fortalecendo ações de conscientização sobre saúde mental. Apresentou dados sobre o aumento dos casos de suicídio e automutilação, especialmente entre jovens, e defendeu investimentos em políticas públicas de prevenção, ampliação dos Centros de Atenção Psicossocial e apoio a entidades como o CVV. Afirmou que o combate ao estigma e o incentivo à busca por ajuda são fundamentais para salvar vidas.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado destacou a importância do Dia Mundial da Saúde Mental, celebrado em 10 de outubro, como um momento de reflexão e compromisso com políticas públicas voltadas ao bemestar emocional da população. Afirmou que a saúde mental é parte essencial da saúde integral e está relacionada à educação, à segurança pública e à produtividade. Citou dados da Organização Mundial da Saúde que apontaram o Brasil entre os países com maiores índices de ansiedade e depressão e defendeu o fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial, o financiamento dos CAPS e a ampliação de programas de prevenção ao suicídio. Também reforçou a necessidade de combater o estigma sobre transtornos mentais e pediu união do Parlamento em uma agenda nacional de valorização da vida.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado abordou o aumento do custo de vida no Brasil e afirmou que o peso das decisões políticas tem impactado diretamente o orçamento das famílias. Destacou que os preços de alimentos, energia, gás e medicamentos refletem a dificuldade enfrentada pela população trabalhadora. Defendeu a adoção de medidas concretas, como o fortalecimento da agricultura familiar, a



zepartamento de raquio, neriode e medajas

Sumário da Sessão nº 209.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/10/2025

desoneração da cesta básica e o incentivo à geração de emprego e renda. Reiterou seu compromisso com o trabalhador, o jovem, a dona de casa e o pequeno empreendedor, afirmando que o país precisa de soluções práticas para garantir dignidade e qualidade de vida à população.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado registrou a entrega de quase três mil moradias do Residencial Canto da Serra, em Imperatriz (MA), destacando o impacto social do programa Minha Casa, Minha Vida e o compromisso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a retomada de obras e políticas voltadas à dignidade da população. Ressaltou que o projeto simbolizou o resgate do sonho da casa própria após doze anos de espera e elogiou a parceria entre o Governo Federal e o Governo do Maranhão, liderado pelo Governador Carlos Brandão. Mencionou ainda que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) deve garantir novos investimentos na região e afirmou que moradia é condição essencial para cidadania e desenvolvimento, representando esperança e segurança para as famílias beneficiadas.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado destacou o Dia Nacional do Idoso e o Dia Internacional das Pessoas Idosas como um momento para refletir sobre as responsabilidades do Estado e da sociedade em relação à população idosa, especialmente no Amazonas. Alertou para as dificuldades enfrentadas por quem vive em comunidades isoladas, sem acesso adequado à saúde, transporte e renda digna. Defendeu que programas como o Viver 60+ funcionassem com estrutura, equipes e recursos reais, e cobrou fiscalização contra maus-tratos e abandono. Afirmou que os idosos precisam de respeito prático e políticas públicas efetivas, e não apenas homenagens simbólicas, ressaltando que envelhecer com dignidade deve ser uma prioridade do poder público e da sociedade.

Rubens Otoni (PT - GO) - O Deputado defendeu a criação de subsídios para o transporte público coletivo urbano e destacou a importância do Projeto de Lei nº 3.278, de 2021, que institui o marco legal do transporte público coletivo urbano e altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), a Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, a Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, e a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 (Lei de Mobilidade Urbana). Ressaltou que o modelo atual, baseado apenas nas tarifas pagas pelos usuários, agravou a crise do setor e comprometeu a qualidade do serviço. Afirmou que o novo marco busca garantir sustentabilidade econômica, justiça social e responsabilidade ambiental, com apoio do Governo Federal e investimentos do Novo PAC. Mencionou que a proposta pode beneficiar até 2.900 municípios e reforçou a necessidade de transparência, controle social e subsídios vinculados à eficiência e à redução de emissões, apontando o transporte como direito social essencial.

ENCERRAMENTO